

A INTERPRETAÇÃO PASSIVA/ INDETERMINADA DE CONSTRUÇÕES COM A PARTÍCULA SE EM TEMPOS SIMPLES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – UM ESTUDO EM SINTAXE EXPERIMENTAL

José Ferrari Neto *

Cláudia Roberta Tavares Silva **

Fábio Fortes ***

Resumo

A interpretação de sentenças que apresentam a partícula SE em português brasileiro (PB) é tratada nesse artigo. Por meio de um teste experimental, procurou-se prover dados sobre a interpretação preferencial dada por falantes de PB a esse tipo de construção, se passiva, com o argumento interno sendo interpretado como sujeito, ou indeterminada, com o argumento interno sendo interpretado como objeto direto. Os resultados obtidos revelaram que a leitura passiva é preferencial, sobretudo nas construções com concordância padrão, havendo alguma ambigüidade em sentenças no singular e nas que a marca de concordância aparece apenas no verbo. As implicações dessas evidências para a teoria gramatical tradicional e para a teoria lingüística gerativista são discutidas.

* UFPB

** UFRPE/UAST

*** UFRPE/UAST

Palavras-chave: clítico SE, vozes verbais, concordância.

Introdução

A interpretação de sentenças que apresentam formas verbais seguidas pela partícula se em português brasileiro (PB) é uma questão que de há muito desperta acaloradas polêmicas. Boa parte dessas controvérsias reside no fato de ainda não ter se conseguido estabelecer os critérios definitivos mediante os quais a sentença receberá interpretação passiva ou interpretação indeterminada. As sentenças abaixo ilustram essa problemática:

- (1) Aluga-se casa.
- (2) Alugam-se casas.
- (3) Precisa-se de empregados.
- (4) Mora-se bem neste bairro.
- (5) Está-se bem alojado neste hotel.

De acordo com o critério usualmente aplicado, estabelecido pela gramática tradicional de orientação normativista (ROCHA

LIMA, 1999; CUNHA & CINTRA, 2001; BECHARA, 2002), as sentenças (1) e (2) exemplificariam casos em que a interpretação é passiva (*casa(s) é(são) alugada(s)*), uma vez que o verbo é transitivo direto, devendo portanto concordar com *casa(s)*, elemento que é interpretado pelos gramáticos como o sujeito da sentença. Casos como esse constituiriam um tipo especial de voz passiva, conhecida como passiva *sintética* ou *pronominal*. Já as sentenças (3) a (5) seriam representativas de casos de indeterminação do sujeito (*alguém precisa, alguém mora, alguém está bem alojado*), visto que o verbo ou é transitivo indireto ou intransitivo, devendo permanecer na terceira pessoa do singular, constituindo um caso de voz ativa. Note-se que as categorias de transitividade que norteiam esse critério são as tradicionalmente definidas pela gramática normativa¹.

Entretanto, vários estudos (NUNES, 1991; MONTEIRO, 1994; BAGNO, 2000) têm



apontado a ocorrência de casos em que o verbo transitivo direto não concorda com o elemento comumente interpretado como sujeito (como em *aluga-se casas*). Trabalhos em Sociolinguística Variacionista, como o de Brito (2007), mostram que frases desse tipo são categóricas nas normas populares e registros informais, e muitíssimo recorrentes nas variedades cultas e formais do PB, inclusive na modalidade escrita. Portanto, são sentenças de uso corrente, não se constituindo em frases “degeneradas” ou “deturpadas”, conforme postula a gramática tradicional².

Mas não são as questões concernentes à “correção” e ao “bom uso” da língua as que relevam nesse assunto. A questão central é: que interpretação é dada por falantes do português a sentenças com *se*? Se é fora de dúvida a leitura indeterminada para frases com verbos intransitivos ou transitivos indiretos (até pela ausência de argumento interno), o mesmo talvez não se diga das frases passivas, em especial, as que se apresentam no singular. Desde Said Ali (1919), discute-se que interpretação seria preferencialmente dada a frases como *vende-se doce*: a de que há alguém que vende doce ou se há doces sendo vendidos³, ou seja, se indeterminada ou passiva, com vários autores debruçando-se sobre esse problema (SILVEIRA, 1924; AGUIAR, 1971; COSTA, 1987; MONTEIRO, 1994). O que fica em jogo aqui, a partir da constatação da existência de duas construções, é a conveniência descritiva de se manter a interpretação passiva e a exigência de concordância, por um lado, e a interpretação impessoal/indeterminada sem concordância, de outro, como o quer a gramática tradicional, ou se ambos os tipos de sentenças são mais bem descritas considerando-os exemplos de indeterminação do sujeito⁴.

É preciso registrar que o problema da interpretação das vozes verbais em geral e das construções com *se* remonta à antiga língua latina, já que o latim também apresentava alguns problemas a esse respeito. O primeiro deles refere-se ao surgimento da voz média e a sua expressão por formas verbais de morfologia passiva (como em *levor* ‘levanto-me’ e *movetur* ‘move-se’), formando estruturas ditas *mediopassivas*. O segundo tange à interpretação de sentenças

latinas com *se* reflexo, recíproco e mesmo médio, construções essas que estão na origem da formação das passivas sintéticas em português (MARTINS, 2003). Pode-se citar ainda, ao lado do aparecimento da voz média em latim, a existência de verbos depoentes como outro fator complicador. Dessa forma, se parte do problema da interpretação das vozes verbais em português remete ao latim, uma outra parte reside na passagem do latim para o português e na formação histórica desse último. Trabalhos de cunho estruturalista (MAURER JR, 1951; CÂMARA JR, 1977; MONTEIRO, 1994) e mesmo de orientação tradicionalista (SAID ALI, 1919; AGUIAR, 1942; KURY, 1951; LUFT, 1977) têm mostrado uma evolução das vozes verbais latinas para o português que contempla o surgimento não apenas das passivas sintéticas e das indeterminadas por *se*, mas também da voz média com partícula *se*, apresentando, assim, um quadro tipológico de vozes verbais com partícula *se* em português mais amplo que o proposto pela gramática tradicional, o que concorre para um aumento da complexidade da questão. A existência da voz média em português é defendida também por autores atuais, como Camacho (2003).

Dessa forma, percebe-se que, tanto em latim quanto em português, sentenças com *se* apresentavam uma ambigüidade semântico-estrutural que lhes dificultava a interpretação, a qual poderia ser passiva, indeterminada ou mesmo média. As conseqüências dessa ambigüidade não tardaram a se fazerem presentes na língua. Trabalhos sobre construções com *se* em PB de natureza gerativista (NUNES, 1990, 1991; CAVALCANTE, 2006) têm apontado que a atribuição de leitura indeterminada a casos típicos de passiva sintética tem acarretado a perda das marcas formais de concordância. As causas para tal fenômeno, segundo esses autores, podem ser buscadas em um processo diacrônico de reanálise estrutural que conduz a uma refixação paramétrica. Para NUNES (1990, 1991), a interpretação passiva precedeu à indeterminada, que se tornou a preferencial atualmente em PB, contrariamente ao português europeu (PE), que se distingue pela tendência oposta.

Neste trabalho, acredita-se que é a partir da observação do modo como os falantes de PB interpretam esse tipo de sentença que



podem emergir dados para a compreensão do problema. É possível que a interpretação passiva/indeterminada seja função de propriedades sintático-estruturais as quais seriam captadas quando do processamento da sentença. Assumindo-se essa predição, acredita-se que a questão fique mais bem endereçada, uma vez que a teoria linguística poderia prover descrições estruturais-derivacionais das sentenças com *se*, de modo a permitir a formulação de hipóteses experimentalmente testáveis sobre os fatores envolvidos na interpretação das sentenças, o que levaria à determinação de quais seriam os fatores relevantes. Nos estudos de sentenças contendo a partícula *se*, observa-se uma lacuna quando se busca trabalhos de cunho experimental, focados no provimento de dados empíricos que possam aclarar algo mais relacionado a essa questão.

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo justamente conferir um tratamento empírico à questão, por meio de testes experimentais que visam a aferir que fatores regem a interpretação dada por falantes de PB a sentenças com partícula *se*. Fatores como a posição do sujeito, a posição do clítico *se* e a presença de concordância foram igualmente avaliados. Discute-se, a partir daí, questões diretamente relacionadas, como a conceituação e descrição precisa do leque de vozes verbais em PB, sua evolução histórica a partir do latim e sua constituição na história interna do PB, o *status* da concordância nessas sentenças e o papel do clítico e a derivação de sentenças desse tipo numa perspectiva minimalista.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: a seção 2 traz uma resenha sobre estudos anteriores sobre a questão em pauta, conduzidos no âmbito da gramática tradicional, do estruturalismo e do gerativismo, apresenta informações sobre a morfologia verbal ativa/passiva e sua interpretação em latim, bem como as funções do *se* nessa língua e a passagem das categorias de voz latinas ao português (subseção 2.2) e mostra trabalhos sobre o percurso histórico das construções com *se* do português arcaico ao atual, discutindo questões concernentes à voz média em latim e em português, à reanálise do clítico e à passagem da leitura passiva à leitura indeterminada (subseção 2.3). A seção 3 introduz uma proposta para a derivação de sentenças com partícula *se* com base no minimalismo, levando-se em conta diferentes tipos de verbo envolvidos. A seção 4 explica a metodologia experimental usada, além de conduzir as discussões sobre os resultados obtidos. A seção 5 apresenta as considerações finais, discutindo as implicações dos resultados para a fundamentação das vozes verbais em PB, para o papel do clítico, para a concordância e para o ensino de Língua Portuguesa.

A Partícula *se* – Propostas e Problemas

São muitas as propostas teóricas acerca das construções nas quais a partícula *se* está presente, em especial no que se refere ao quadro das vozes verbais em português e a sua formação, primeiro considerando-se a passagem do latim ao português, em seguida, a evolução dessas construções do português arcaico para o PE e o PB, além da interpretação passiva ou indeterminada do

¹ Usualmente, a gramática tradicional tem aceitado que os verbos, quanto à transitividade, possam ser divididos em *transitivos* (diretos, indiretos e bitransitivos) e *intransitivos*. No entanto, alguns problemas podem ser apontados nessa divisão, em especial no que se refere aos verbos intransitivos que exigem complemento adverbial (como *chegar*, *morar* ou *ir*) e verbos transitivos indiretos que regem outras preposições que não *a*, cujos complementos não admitem substituição pelo clítico *lhe(s)* (como *acreditar*, *gostar* ou *concordar*). Nesses casos, têm-se proposto as categorias de *transitivo circunstancial* e *transitivo relativo* (cf. Rocha Lima, 1999). Registre-se, ainda, que categorias como *ergativo* ou *inacusativo* são ignoradas pela gramática tradicional.

² Aguiar (1942) afirma que “*vende-se casas* e *frita-se ovos* são frases de emprego antiliterário, **apesar da já multiplicidade de exemplos** (grifo nosso). A genuína linguagem literária requer *vendem-se* e *fritam-se*. Mas ambas as sintaxes são corretas.”. Apesar dessa constatação, a grande maioria dos gramáticos ainda reluta em assumir por corretas construções sem a marca formal de concordância.

³ “*Aluga-se esta casa* e *esta casa é alugada* exprimem dois pensamentos diferentes na forma e no sentido. Há um meio muito simples de verificar isto. Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases; na frente de outro, ponha-se o escrito contendo os dizeres *esta casa é alugada*. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada.”. Esta citação de Said Ali ilustra com precisão a problemática aqui referida, e serve de base para a análise experimental a ser desenvolvida.

⁴ Ao lado da problemática sobre a interpretação das sentenças, o estudo da partícula *se* incorre ainda em imprecisões conceituais e confusões terminológicas que em muito dificultam a compreensão adequada das questões envolvidas. A esse respeito, ver Hany (1983) no que se refere à gramática tradicional, e Santos (2006) no que toca aos estudos linguísticos atuais.





sujeito. De um modo geral, esses estudos distribuem-se pelas linhas filológico-gramatical de orientação normativista-tradicional (KURY, 1951; LUFT, 1977; ROCHA LIMA, 1999; CUNHA & CINTRA, 2001; BECHARA, 2002), estruturalista (HAUY, 1983; CARVALHO, 1990; MONTEIRO, 1994), gerativista (NARO, 1976; NUNES, 1990, 1991; MATEUS et al., 2003; CAVALCANTE, 2006) e variacionista (BAGNO, 2000; BRITO, 2007). Esta seção analisa alguns desses trabalhos de modo a situar a problemática envolvendo a interpretação das sentenças com partícula *se* em um quadro no qual as principais questões suscitadas podem ser analisadas e debatidas.

A Gramática Normativa Tradicional: Vozes Verbais, Funções do *Se* e Concordância

No que se refere à primeira das linhas citadas acima, a abordagem por ela empreendida está centrada na determinação das funções da partícula *se* no quadro maior das vozes verbais e na caracterização das formas de concordância daí derivadas, sempre tendo em vista a fixação de uma norma de “bom uso”. Cunha & Cintra (2001) apresentam a seguinte tábua de classificação do *se*⁵:

- a) Pronome em função de objeto direto – Ex.: *ele se feriu/eles se feriram*.
- b) Pronome em função de objeto indireto – Ex.: *perguntava-se a si mesma sobre o ocorrido*.
- c) Pronome sujeito de um verbo no infinitivo – Ex.: *Paulo deixou-se cair ao chão*.
- d) Pronome apassivador – Ex.: *Ouvem-se ainda os sons da madrugada*.
- e) Pronome em índice de indeterminação do sujeito – Ex.: *come-se bem naquela cidade*.
- f) Palavra estilística – Ex.: *pois ela se morreu feliz*.
- g) Pronome integrante de certos verbos – Ex.: *ele arrependeu-se do que fez*.

Rocha Lima (1999) e Bechara (2002) apresentam um quadro bastante semelhante

ao acima, diferindo apenas pelo fato de que, para eles, os itens (a) e (b) são exemplos de uma mesma função do *se*, a de *pronome reflexivo*, orientação que é seguida por grande parte dos teóricos da linha tradicional⁶. Já no que concerne às vozes verbais, a posição é categórica. O quadro de vozes em português é composto pela voz *ativa* (de que são exemplos as frases (c) (e) (f) e (g) acima); pela voz *passiva* (de que é exemplo a frase (d) acima, dita *passiva sintética* ou *pronominal*) e voz *reflexiva* (de que são exemplos as frases (a) e (b) acima). Nesse último caso, ao se usar uma sentença no plural, o sentido pode ser o de reciprocidade, o que, para alguns, configuraria a existência da voz *recíproca*. A base para o estabelecimento dessas distinções, tanto no que se refere às vozes quanto ao que se refere às funções do *se*, parece ser o verbo (ao menos para a oposição entre ativa e passiva), conforme o já apresentado na Introdução deste trabalho; para as reflexivas e recíprocas, o critério levado em conta parece ser o semântico.

Não são poucos nem fáceis os problemas teórico-descritivos suscitados pela proposta tradicional, a começar pelo próprio conceito de voz. Uma análise detalhada mostra que há uma superposição de critérios mediante os quais voz é definida e exemplificada nos compêndios. De um modo geral, pode-se afirmar que os critérios para a conceituação de voz são de natureza *morfológica* (levando em conta a forma com que o verbo se apresenta), *semântica* (considerando o sentido da frase ou ainda a noção de *passividade*⁷), ou *aspectual* (na base do processo verbal em relação ao sujeito). Não raro, esses critérios se superpõem, acarretando uma grande confusão no tratamento da questão (cf. HAUY, 1983; CARVALHO, 1990; SILVA, 2006).

A falta de uma noção clara de voz na gramática tradicional fica patente na tábua de classificação das vozes, na qual as noções de ativa, passiva, reflexiva, recíproca e medial não ficam claras, o que se reflete na grande diversidade de subclassificações que têm sido

⁵ Cunha & Cintra apresentam ainda as funções do *se* como **conjunção subordinativa integrante** (ex.: *não sei se irei*) e **conjunção subordinativa adverbial condicional** (*se chover, não saia*), as quais não serão discutidas aqui por fugirem à proposta básica deste trabalho.

⁶ Em verdade, os gramáticos tradicionais conferem maior ênfase às funções morfológicas do *se*, em detrimento de suas funções sintáticas, o que os leva muitas vezes a ignorarem as funções sintáticas exercidas pelo pronome reflexivo, ou mesmo pelo pronome sujeito de infinitivo.



propostas (passiva-indeterminada, medial estática, medial dinâmica, etc.), bem como na determinação das funções do *se* nesses tipos de sentenças e no estabelecimento da forma padrão da concordância. A mesma imprecisão terminológica aplica-se aos conceitos de sujeito, indeterminação, agente e paciente o que, de acordo com Santos (2006), pode levar a uma falsa polêmica em torno da questão dos sujeitos indeterminados pela partícula *se*.

Também os critérios para o reconhecimento de cada tipo de voz não são adequadamente descritos na gramática tradicional. Por exemplo, afirma-se que a voz passiva só é permitida com verbos transitivos diretos, de onde se pode inferir que a toda frase na voz ativa que apresente um verbo transitivo direto corresponde uma frase na voz passiva analítica com o mesmo verbo. Entretanto, como aponta Brito (2007), essa proposta não funcionaria em frases como *Maria tem um belo vestido vermelho*, que não apresenta uma contraparte passiva analítica (**Um belo vestido vermelho é tido por Maria*). Ainda, seria a presença de verbos transitivos diretos que permitiria o reconhecimento de uma voz passiva sintética, mas sentenças como *Tem-se um belo vestido vermelho* seriam contraevidências, na medida que não possuem contraparte ativa (**é tido um belo vestido vermelho*). Isso somado à própria indefinição do que vem a ser um verbo transitivo.

Um outro problema que se pode apontar é o caso das sentenças nas quais a partícula *se* aparece junto a verbos transitivos diretos, mas em outras posições que não a enclítica. Dito de outro modo, até que ponto, para a gramática tradicional, a alteração na ordem linear das palavras nas frases não comprometeria a interpretação a elas conferida? Por exemplo, uma sentença como *come-se bolo* receberia, de acordo com a gramática tradicional, uma leitura passiva. O mesmo se daria com *bolo come-se* ou *bolo se come*? Em caso afirmativo, a exigência de concordância também deveria ser mantida, o que levaria a contraexemplos, tais como *bolos se comem*, em que o sentido reflexivo é o que

parece se sobressair. Seja como for, a questão da relação entre a ordem dos elementos em frases com o *se* e a interpretação dessas sentenças é algo ainda a ser mais explorado.

Por outro lado, um quadro mais amplo de vozes verbais e funções do *se* tem sido delineado por outros gramáticos de orientação tradicional. Tais propostas têm girado em torno de se admitir a existência de uma voz *medial* em português, sucedânea da antiga voz *média* latina⁸. Os argumentos em prol dessa idéia originam-se da formação da voz *média* pronominal em latim. De acordo com Martins (2003), concomitantemente com as construções mediopassivas (descritas na Introdução deste artigo), havia em latim construções com *se* reflexivo. É da proximidade semântica entre esses dois tipos de sentenças que vai emergir a frase de *se* médio, como mostra o par *se lavit/laveor* 'lava-se'. Dessa maneira, a voz *média* em latim passou a ser expressa tanto pelas mediopassivas quanto pelas reflexivas: *moveri/se movere* 'move-se'. Na medida em que a morfologia passiva vai deixando de existir em latim, a construção com *se* vai se tornando dominante. É por essa razão que muitos autores defensores da existência da voz *média* em português associam-na com as construções reflexivas atuais. Kury (1951), por exemplo, afirma que "quando a ação denotada por um verbo transitivo direto é simultaneamente exercida e recebida pelo mesmo ser, diz-se que o verbo, então acompanhado de pronome, está na voz medial ou reflexiva". A aproximação entre reflexiva e medial igualmente é proposta por Camacho (2003).

Kury também apresenta outros casos relativos à voz medial, bem como a seguinte classificação de tipos mediais:

a) **Voz Reflexiva:** aparece com verbos transitivos diretos que possuem como objeto um clítico de qualquer pessoa gramatical correferente ao sujeito da sentença: *Eu me lavo, Ele se lava*.

b) **Voz medial recíproca:** aparece com verbos transitivos diretos sempre no plural

⁷ Por *passividade*, Bechara (2002) entende "o fato de a pessoa receber a ação verbal". Tal proposição leva-o a afirmar que "a passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo: os criminosos recebem o merecido castigo. Portanto nem sempre a passividade corresponde à voz passiva". Vê-se que Bechara usa um critério morfológico no conceito de voz passiva que assume, mas aplica um critério semântico para a classificação da voz na sentença que serve de exemplo.



seguido por clíticos de qualquer pessoal gramatical indicando que a ação verbal expressa é exercida reciprocamente: *Eles se amavam, Eles se cumprimentaram.*

c) **Voz medial dinâmica:** indica uma ação que o sujeito executa identicamente em si e em outra pessoa, sem haver necessariamente uma idéia de reflexividade: *Ele arremessou-se sobre inimigo; Afastei-me do fogo.*

d) **Realce:** indica a vivacidade ou espontaneidade do movimento da ação executada pelo sujeito, com valor meramente estilístico-expressivo: *Ele ria-se à toa; Foi-se embora.*

e) **Voz medial pronominal:** aparece nas vezes em que o pronome não tem nenhum valor expressivo ou sintático, isto é, fossilizou-se como um elemento inseparável do verbo: *Ele se arrependeu do que disse; Ele se queixou do atendimento.*

Já Luft (1987) propõe uma classificação do *se*, levando em conta especificamente seus usos pronominais, como o estilístico, o pronominal, o recíproco, etc., considerando-os todos como sendo reflexivos. Segundo ele, essas formas reflexivas seriam diferentes expressões da forma medial reflexiva. A síntese de sua proposta é a seguinte:

- a) Reflexiva simples. Ex.: *Ele se viu.*
- b) Reflexiva recíproca. Ex.: *Os amigos se cumprimentaram.*
- c) Reflexiva dinâmica (exprime dinamismo do sujeito em si mesmo). Ex.: *Eu me levanto cedo*
- d) Reflexiva enfática (estilística ou metafórica). Ex.: *Ele se ri.*
- e) Reflexiva essencial ou obrigatória (porque o verbo nunca se usa se o pronome). Ex.: *Ninguém se queixou do que foi dito.*

De acordo com Lima (2006), a contribuição de Luft é o agrupamento dos subtipos dos usos do *se* com sentido medial reflexivo em um grande conjunto, no qual os exemplos apresentados acima ilustram certo grau de reflexividade, sendo todos originários do antigo uso da voz medial reflexiva. Desse modo, Luft trata os casos acima como voz reflexiva, uma vez que o sujeito é, de alguma forma, afetado pela sua própria ação, enquanto os usos passivo e indeterminado do pronome, por ele não estudados em tal trabalho, apresentam outras conotações semânticas, classificando-se em outros grupos. Seja como for, a presença da voz média no quadro geral das vozes verbais em português ainda não é questão encerrada, assim como não o são os critérios mediante os quais se poderia afirmar que uma sentença com *se* deve apresentar interpretação medial.

Evolução Diacrônica das Vozes e da Partícula *Se*: do Latim ao Português

A passagem das vozes verbais latinas para o português consistiu matéria importante para vários estudos dedicados ao tema das sentenças com a partícula *se*. Uma primeira análise diacrônica é mostrada por um filólogo, Martins de Aguiar (1942). Em sua proposta, são descritos cinco estágios evolutivos por que passou a partícula *se* do latim ao português. O primeiro remonta ao latim e caracteriza-se pelo valor reflexivo da partícula, como em o *homem cortou-se*. De acordo com Aguiar, sentenças reflexivas envolvem tanto uma leitura ativa, quanto uma passiva, e essa última parece “impressionar” mais os falantes⁹. O estágio 2 corresponde ao da fixação da forma passiva, isto é, já que essa leitura “impressiona” mais do que a ativa, ela se firma a partir das construções reflexivas, como em *fritam-se os ovos* (os ovos são fritos ou os ovos se fritam, mas não os ovos se fritam a si mesmos). O estágio 3 seria acarretado devido à indefinição de agente em frases como *comem-se os bolos*, o que levaria a partícula *se* a ser interpretada como elemento de

⁹ Martins (2003) chama a atenção para o fato de as construções latinas com partícula *se* com valor medial constituírem uma inovação surgida no próprio latim, distintas das estruturas médias (também chamadas de mediopassivas) expressas por meio de formas verbais com morfologia passiva, conforme os exemplos *levor* e *movetur*, já citados na Introdução deste trabalho. Essas estruturas médias distinguem-se das passivas pelo fato de não permitirem a representação independente do agente e do tema – assim, as formas citadas podiam receber interpretação média (*levanto-me, move-se*) ou passiva (*sou levantado* (por algo ou alguém), *é movido* (por algo ou alguém)). É nessa voz média com *se*, e não nas mediopassivas, que se baseiam as propostas sobre a origem e a possível existência da voz média em português, como as de Kury (1951), Maurer Jr. (1951), Mattoso (1992), Camacho (2003) e outras.



indeterminação do sujeito (nessa análise associado ao agente). Os estágios 4 e 5 são aqueles em que o pronome desempenha a função de indeterminador do agente em verbos intransitivos e transitivos, caracterizando assim uma extensão do uso da indeterminação do agente com verbos intransitivos (como em *trabalha-se muito aqui* – estágio 4) e transitivos (como em *vende-se casas* – estágio 5). Em resumo, a proposta de Aguiar (1942) é o de uma evolução que parte de um momento em que a única leitura possível é a reflexiva, até chegar a uma etapa em que a tudo é interpretado como indeterminado, passando por um momento intermediário em que o sentido dominante é o passivo.

Kury (1951) também discute a formação da voz passiva pronominal, considerando que, quando em uma oração com verbo transitivo direto seguido de *se*, o agente é indeterminado e o paciente é inanimado, e, por isso, incapaz de exercer a ação expressa pelo verbo, essa construção caracteriza uma voz passiva, como em *Construíam-se muitos edifícios*⁹. No que toca à voz medial ou reflexiva, o autor afirma que a evolução histórica da língua portuguesa levou as passivas pronominais a estender seu emprego a todos os tipos de verbos, como os transitivos indiretos e intransitivos, como, por exemplo, em orações tradicionalmente consideradas como sujeito indeterminado: *Obedeça-se às normas do jogo*; *Também se vive bem lá*. Como é a ausência de sujeito que caracteriza essa construção, Kury as denomina *passivas-indeterminadas*, em oposição às *passivas pronominais*, que possuem sujeito. Por outro lado, Kury não torna equivalentes as denominações de sujeito indeterminado e passiva-indeterminada, já que considera as passivas indeterminadas como orações com ausência de sujeito, e as passivas pessoais como orações que possuem sujeito, ainda que indefinidos. Ademais, o autor propõe que o pronome *se* integre a forma impessoal dos verbos, apresentando assim uma *função*

indeterminadora. A freqüência dessa conjugação indeterminada com pronome *se* com verbos intransitivos e transitivos indiretos acarretou a uma extensão do emprego das passivas indeterminadas com verbos transitivos diretos. Percebe-se que, para Kury, a possibilidade de interpretação passiva ou indeterminada para sentenças com *se* é restrita a apenas uma escolha: a passiva, havendo para o falante, por outro lado, a possibilidade de se reconhecer a presença ou não de um sujeito na frase.

Uma análise diacrônica mais ampla é fornecida por Maurer Jr. (1951), centrada no percurso histórico da partícula *se* ao discutir a respeito dos problemas teóricos suscitados em sua classificação. Conforme Maurer Jr., no período do latim vulgar, o uso do *se* era bastante restrito. Somente a partir do período medieval, as inovações de uso do pronome surgiram a partir da forma latina reflexiva *se*. O autor identifica três inovações do uso do *se* nessa fase:

a) **Estilístico**: uso da partícula *se* com verbos intransitivos realçando a espontaneidade da ação, uso que se observa em praticamente todas as línguas românicas, como mostram os exemplos em português dos verbos *ir-se* e *sair-se*, respectivamente: romeno: *a se veni, a se sui*; italiano: *andarsi, fuggirsi*; francês antigo: *soi venir, soi fuir*; espanhol: *irse, venirse*.

b) **Passivo**: emprego do *se* somente na terceira pessoa para a expressão da voz passiva, como na frase latina “*mela rotunda... todo anno servare se possunt*”. Esse emprego é menos usual nas línguas românicas, pois só se empregam preferencialmente quando o sujeito é inanimado, como: português: *vendem-se as casas*, espanhol: *se escriben las cartas*; italiano: *dopo che l'adunanza si fu sciolta*. Entretanto, apenas o português e o espanhol apresentam a possibilidade de sujeito pessoal: *louvam-se os grandes homens* (português).

⁹ A impressão “passiva” deve ter se originado de casos com argumento inanimado, que parecem não permitir leitura reflexiva, como é o caso de *o bolo cortou-se* (foi cortado, e não cortou-se a si mesmo).

¹⁰ Brito (2007), em referência a essa afirmação, cita o caso de frases como na *igreja amam-se os pobres, contratam-se modelos e vêem-se muitas pessoas daqui*, em que a exigência de concordância por parte da gramática tradicional as qualifica a receberem leitura passiva, ainda que o paciente seja animado. Tais exemplos ilustram a precariedade da definição de passiva sintética adotada por Kury.



c) **Indeterminado**: construção em que a partícula *se* adjunge-se a verbos intransitivos para a expressão de um agente exterior indefinido. Esse tipo de construção indeterminada não é comum apenas em português, mas também o é no espanhol, italiano e romeno: *se sta bine aici*; italiano: *si sta bene qui*; espanhol: *se vive bien en esta ciudad*; português: *vive-se bem aqui*.

No tocante à origem dessas três construções, é proposta a hipótese de que o indo-europeu, que não apresentava voz passiva propriamente dita, tenha desenvolvido, a partir da voz ativa, a expressão de noções passivas por meio de um sistema de afixos.

O ponto inovador na proposta de Maurer Jr. é a idéia de que o *se* passe a ser considerado um morfema que indetermina a sentença. Para ele, o uso indeterminado da partícula *se* não deve ser confundido com o uso pessoal, com sujeito. Para o autor, o *se* em sentenças indeterminadas como *vive-se bem aqui* funciona como um morfema que indetermina a construção verbal. Como prova, propõe que, separando o pronome do verbo, nota-se que nada subsiste do seu uso indeterminado. O que acontece na evolução do *se* é que ele, junto ao verbo, passa a exercer função passiva, indeterminada, etc. O desenvolvimento desse afixo de indeterminação ocorre por um esvaziamento do sentido passivo, que gera tanto a construção passiva com verbos intransitivos, como a forma *sai-se* no português quanto à construção indeterminada com objeto direto elíptico, como em *bebe-se muito aqui*. A idéia de *se* interpretar o *se* como um morfema (uma idéia recuperada atualmente por alguns autores, como Camacho (2006), para a voz média em português, com a sua idéia de o *se* funcionar como marcador medial, e também por Martins, 2003), o que ressalta da proposta de Maurer Jr., é o fato de subsistirem ainda em português as leituras passiva e indeterminada das construções com *se*, embora o autor não deixe claro quais os critérios que devem ser usados em uma e outra interpretação.

Há ainda o estudo de Mattoso Câmara Jr. (1992) sobre o conceito de voz medial, a qual é definida por ele como “uma construção em que a forma do verbo na voz ativa se adjunge ao pronome átono, referente à pessoa

do sujeito; *Eu me feri, Tu te feriste, Ele se feriu*, etc. É, pois, uma construção pronominal”, caracterizando-se por um envolvimento ou uma integração do sujeito à sua própria ação, ou seja, *o sujeito é, de alguma forma, afetado pela sua própria ação*. A voz medial apresenta, para Mattoso, as seguintes acepções:

- (1) voz medial reflexiva – *Eu me feri* (sendo o pronome o objeto de uma ação do verbo);
- (2) voz medial dinâmica - *Eu me levantei* (sendo o pronome o centro de uma ação verbal transitiva, que parte dele, mas não sai do seu âmbito);
- (3) voz medial estilística - *Ele se riu* (sendo o pronome responsável pela intensificação da ação realizada pelo sujeito);
- (4) voz medial passiva - *Dessa maçã se vende bem* (sendo o pronome o sujeito de uma ação recebida de um agente exterior indeterminado).

Em relação às origens da voz medial, Mattoso afirma que a construção medial surge nas antigas línguas indo-européias, especificamente no sânscrito e no grego, como um artifício para indicar, por meio de flexões, a integração do sujeito nas ações que dele se originam como, por exemplo, o grego ἔωϊιάέ “eu me solto”.

A proposta de Mattoso tem o mérito de apresentar uma definição consistente de voz medial, ainda que “peque” no sentido de restringi-la a construções pronominais, deixando de citar casos de construções ergativas às quais a sua proposta parece incidir, como *a banheira encheu*¹¹, etc. O autor também não faz menção à questão da interpretação passiva ou indeterminada das sentenças com *se*.

De um modo geral, pode-se dizer que os trabalhos de orientação diacrônica elaboram uma descrição bastante satisfatória da evolução do *se* a partir do latim até o português, ainda que falte uma explicitação dos fatores que possibilitam essa mudança. Nesse sentido, os estudos conduzidos no âmbito do gerativismo apresentam dados mais consistentes sobre como essa evolução se processou, conforme o que será apresentado e discutido na seção seguinte. Mas questões fundamentais permanecem ainda em aberto.



Como se percebe, os autores se dividem sobre as possibilidades de interpretação das sentenças com *se*, havendo os que aceitam apenas a leitura indeterminada (AGUIAR, 1942), apenas a passiva (KURY, 1951), ou ambas (MAURER, 1951). Além disso, a questão da voz medial requer ainda maiores considerações, em especial, sobre a sua existência em português, como defende Camacho (2003), e sobre os critérios a serem usados em sua identificação (levando em conta a explicitação de que tipo de sentença pode receber leitura medial), e ainda sobre como diferenciar construções passivas, indeterminadas e mediais entre si.

Evolução Diacrônica das Vozes e da Partícula *Se*: do Português Arcaico ao Português Moderno

Alguns trabalhos conduzidos no âmbito do gerativismo procuraram oferecer um tratamento diacrônico à questão da partícula *se* e das vozes verbais, desta vez focando a evolução dessas construções do português arcaico ao português atual, procurando caracterizar como se deu o processo, além de mostrar uma tendência evolutiva diferente entre o português europeu (PE) e o PB, o que faria com que eles apresentassem características diferentes quanto a esse assunto. Naro (1976) identifica três funções do *se* em português: o *se-reflexivo*, o *se-passivo* e o *se-impessoal*. Caracteriza-se o primeiro pelo seu emprego na terceira pessoa não-nominativa, sendo correferente a outro elemento na frase, como em *o pai vestiu-se*. Já o segundo abrange as construções em que há concordância do verbo com o seu argumento interno, como em *vendem-se esses móveis*. E o último se caracteriza pelo seu emprego junto a verbos transitivos e intransitivos, não apresentando marcas formais de concordância, como em *aluga-se casas* e *vive-se bem aqui*, ainda que, no caso do primeiro, haja certa relutância tanto em PB quanto em PE em se aceitar a sua correção frente à norma. Para Naro (1976), as sentenças com *se-impessoal* são,

historicamente, posteriores às com *se-passivo*, o que é também proposto por Martins (2003), com sua aceitação se generalizando por volta do século XV e com seu uso consolidando-se em meados do século XVI. O surgimento das construções com *se-impessoal*, para Naro, deu-se a partir de um processo de reanálise de sentenças em que o verbo no plural não concordava com o argumento interno.

Nunes (1990, 1991) expande a linha inaugurada por Naro (1976) descrevendo o percurso histórico das construções envolvendo a partícula *se*, focando sua atenção tanto na posição do argumento interno quanto na concordância deste com o verbo. Baseando sua análise no estudo de dados extraídos de vários tipos de *corpora* (textos arcaicos, textos modernos, entrevistas, etc.), Nunes constata o que Naro já havia apontado: o *se-passivo* precede o *se-impessoal*, que é relativamente recente. De acordo com Nunes, a ocorrência de construções com *se-impessoal* é atestada pelo menos desde o século XVII, com um percentual de uso constante até o século XVIII, quando o *se-impessoal* parece tornar-se a construção preferencial. No que se refere à relação entre a ocorrência de *se-impessoal* e a posição do argumento interno, os dados de Nunes mostram que a frequência de posposição do argumento interno em sentenças com *se* aumenta progressivamente do século XVII até o século XX, com o maior percentual de posposição sendo registrado na passagem do século XVIII para o século XIX, o que evidencia que o aumento do padrão de frequência de construções com *se-impessoal* ocorreu mais ou menos concomitantemente ao aumento do padrão de frequência de argumento interno posposto, mostrando assim que pode haver uma correlação entre a posição do argumento interno e a interpretação que os falantes conferem às sentenças com *se*.

Para Nunes, a razão do surgimento das construções com *se-impessoal* reside na reanálise feita sintaticamente sobre as

¹¹ A incidência da definição de voz medial de Mattoso parece ficar ainda mais evidente quando se observam o apagamento da partícula *se* em construções nomeadas por Bagno (2000) pseudoreflexivas, mas que em muito se assemelham a construções ergativas e inacusativas: *a porta se abriu/a porta abriu*, *o vaso se quebrou/o vaso quebrou*, *a janela se fechou/a janela fechou* (exemplos citados por Brito (2007)), e mesmo em sentenças reflexivas, conforme se apresenta em alguns dialetos mineiros e goianos (BRITO, 2007): *você se machucou/você machucou ? João se sentou na cadeira/João sentou na cadeira*. Esse apagamento do *se* seguido de atribuição de leitura medial é também comentado por Perini (2008), mas está ausente na proposta de Camacho (2003).



sentenças com se-passivo. Como hipótese, Nunes sugere que essa reanálise possa ter se dado especificamente sobre três elementos da frase: o clítico, que teria passado de elemento identificador da estrutura do predicado (ou seja, de identificador de leitura passiva) a participante da relação anafórica-pronominal que se estabelece com a categoria vazia na posição de sujeito, assumindo um valor agentivo, com o argumento interno passando a receber caso acusativo; o argumento interno, que passa de sujeito a objeto do verbo; e a categoria vazia na posição de sujeito. Essas reanálises forçaram a interpretação do argumento interno como portador de Caso acusativo e não mais como sujeito nominativo responsável pela concordância. O estudo do autor ainda levanta a hipótese de que a “expansão deve ter se dado de acordo, em primeiro lugar, com a presença de argumento externo na posição de sujeito; e, em segundo lugar, com a semelhança estrutural em superfície”. Uma outra hipótese igualmente aventada é a de que a expansão do indeterminador foi sensível aos diferentes tipos de verbo de alçamento. Assim, segundo ele, o processo de reanálise das construções com se-passivo inicialmente ocorreu com verbos intransitivos, passando posteriormente a acontecer com verbos transitivos, seguindo a ordem abaixo:

- a) verbos transitivos usados transitivamente: *come-se muito no inverno*;
- b) verbos intransitivos: *trabalha-se muito neste lugar*;
- c) verbos transitivos preposicionados: *precisa-se de empregados*;
- d) verbos de ligação: *é-se feliz quando é jovem*;
- e) verbos ergativos: *chegou-se tarde a reunião*;
- f) verbos em construções passivas perifrásticas: *aqui se é visto por todos*.

O último ponto importante a se considerar em Nunes (1990, 1991) é a sua afirmação de que o PE e o PB seguem tendências opostas no que tange às construções com se. O PE parece dar preferência à construção com se-passivo, isto é, com marcas formais de concordância, ao passo que o PB caracteriza-se pelo oposto,

ou seja, parece preferir as construções com se-impessoal, sem concordância. Em resumo, o PB deu seqüência à expansão iniciada com o surgimento do se-impessoal, enquanto o PE foi menos sensível ao surgimento da nova construção indeterminada.

Das análises diacrônicas de Naro (1976) e Nunes (1990, 1991), emergem algumas interessantes questões a serem investigadas. A primeira, e mais importante, é a necessidade de se atestar, do ponto de vista da compreensão, a expansão da interpretação indeterminada, ou seja, se os falantes de PB dão preferência à interpretação indeterminada em detrimento da interpretação passiva, e até que ponto, discutindo-se as implicações daí decorrentes. Verificar essa mesma preferência com falantes de PE seria igualmente de grande valia em trabalhos futuros, pois tal procedimento se configuraria como bastante relevante para a sustentação da afirmação de que o PE e o PB seguem caminhos opostos no que tange às construções com se. A investigação sobre o papel exercido por diferentes tipos de verbo na interpretação dessas construções, bem como sobre as implicações das diferentes posições ocupadas pelo clítico e pelo argumento interno também se fazem relevantes nesse contexto, conforme o caminho sugerido pelos estudos de Nunes (1990, 1991). O trabalho aqui exposto procurará fornecer mais alguns dados para esses problemas.

Estruturas com Se em Português e o Problema de sua Interpretação

Nunes (1990, 1991), com base no modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e seguindo a proposta inicial de Naro (1976), propõe a existência das construções com se-passivo e com se-indeterminado. A primeira caracteriza-se pela concordância entre o verbo e o argumento interno (*compram-se roupas*), e a segunda pela ausência dessa concordância (*compra-se roupas*). Nunes postula que, para o caso das frases com se-passivo, o clítico se recebe o papel temático do argumento externo, ou seja, o de agente, além de Caso acusativo, e o DP interno recebe o papel temático do argumento interno, isto é, o de tema, além de Caso nominativo em cadeia com o expletivo atemático que precede o verbo. No que se refere às frases com se-indeterminado, um



pronome nulo referencial recebe o papel temático de agente e Caso nominativo, o DP interno recebe papel temático de tema e Caso acusativo, e a partícula *se* atua como indeterminadora. Os exemplos abaixo ilustram a proposta de Nunes (1990, 1991):

$\text{expl} \text{ Compram-se}_{pe} \text{ roupas}_{pi}$
 $\text{pro}_{pe} \text{ Compra-se}_{p0} \text{ roupas}_{pi}$

onde *pe* indica o elemento que recebe papel temático do argumento externo, e *pi* o elemento que recebe o papel temático do argumento interno. Note-se que a concordância nas construções com *se*-passivo justifica-se pelo fato de o argumento interno receber Caso nominativo, sendo interpretado como sujeito, o que não ocorre nas sentenças de *se*-indeterminado, em que o argumento interno recebe Caso acusativo. Registre-se ainda que, pela proposta de Nunes (1990, 1991), sentenças nas quais tanto o verbo quanto o argumento interno se apresentam no singular são ambíguas quanto à sua interpretação passiva/indeterminada, uma vez que admitem ambas as estruturas subjacentes:

$\text{expl} \text{ Compra-se}_{pe} \text{ roupa}_{pi}$
 $\text{pro}_{pe} \text{ Compra-se}_{p0} \text{ roupa}_{pi}$

estando essa ambigüidade na raiz do processo de reanálise que levou a uma expansão do uso indeterminado em detrimento da interpretação passiva, conforme mostram os dados coligidos por Nunes em sua pesquisa.

Numa proposta semelhante à de Nunes (1990, 1991), Mateus et al. (2003) propõem a existência, entre outras funções do *se*, a saber: *se-nominativo*, *se-passivo*, e *se-ergativo/anticausativo*. No primeiro caso, o sujeito da oração que denota uma entidade arbitrária, é representado pela partícula *se*, sendo interpretado como indefinido e não-específico. Estão nesse caso sentenças com verbos transitivos sem seu argumento interno ou sem marcas formais de concordância, e ainda com verbos inergativos. O segundo caso corresponde às construções com verbo transitivo seguido de *se* que apresentam concordância no plural, com a partícula *se* recebendo papel temático do argumento externo, ou seja, o de agente, acumulando

também as funções normalmente atribuídas ao morfema passivo, qual seja a de impedir a atribuição de papel temático à posição de argumento externo e de Caso acusativo ao argumento interno¹². Registre-se que, do mesmo modo que para Nunes (1990, 1991), também para Mateus et al. (2003) sentenças com verbo transitivo no singular são ambíguas entre uma interpretação passiva de *se* e frase ativa com *se*-nominativo.

Uma proposta diversa é apresentada por Raposo & Uriagereka (1996), os quais propõem, contrariamente à tradição normativa-gramatical do PE, que as construções a que normalmente se atribui interpretação passiva são, em realidade, sentenças ativas que apresentam concordância entre o verbo e seu argumento interno, as quais são nomeadas construções de *se indefinido*, opostas às construções (igualmente ativas) em que não se observa a concordância entre o verbo e o argumento interno, chamadas de construções de *se impessoal*. A idéia básica dessa proposta é a de que o argumento interno é marcado com Caso nominativo, sendo o argumento externo, o clítico *se*, que ocupa a posição canônica de sujeito, não desencadeando concordância por ser defectivo, isto é, por não apresentar um conjunto completo de traços relevantes (como o de pessoa e número). A construção de *se indefinido* é ilustrada a seguir:

$\text{Compram-se}_{pe \text{ suj}} \text{ roupas}_{pi \text{ nom}}$

Essa estrutura difere da sugerida por Nunes (1990, 1991) na medida em que a partícula *se*, para Nunes, recebe Caso acusativo, e o argumento interno recebe nominativo em cadeia com o expletivo na posição de sujeito, posição que, para Raposo & Uriagereka, é ocupada pelo *se*. O ponto a se destacar aqui é o fato de que, se para Raposo & Uriagereka tanto a construção com concordância entre o verbo e argumento interno quanto a sem concordância correspondem a uma estrutura ativa, então presume-se que os falantes de PB/PE sempre atribuem interpretação ativa (indeterminada) às sentenças com *se*. Os autores apresentam uma série de argumentos a favor da análise das estruturas de *se indefinido* e *se impessoal* como sendo ativas, e não passivas¹³. Já a proposta de Nunes (1990, 1991) permite



entrever que sentenças com *se* em que a concordância verbo/argumento interno é visível morfologicamente correspondem a uma estrutura passiva, devendo receber dos falantes interpretação passiva, do mesmo modo que as construções sem concordância, por possuírem estrutura ativa, devem receber interpretação indeterminada.

Seguindo a linha traçada por Raposo & Uriagereka (1996), Martins (2003), com base no PE, e Silva & Farias (2005), com base no PB, propõem uma análise unificada das construções com *se*-indeterminado e *se*-impessoal ao considerá-las estruturas ativas com clítico nominativo. A hipótese sugerida por Martins (2003) e corroborada por Silva & Farias (2005) é a de que tanto na construção de *se* indefinido quanto na construção com *se* impessoal, o clítico *se* tem Caso nominativo, mas é defectivo no que se refere a traços de pessoa/número, não podendo, dessa forma, por si só estabelecer relação de concordância sujeito-verbo. Por outro lado, afirma Martins (2003), *se* possui traços de [pessoa - número] subespecificados de valor variável (traços- á), cujo valor pode ser especificado uma vez que *se* estabeleça uma relação de concordância com um DP especificado quanto a esses traços. Na construção de *se* indefinido essa relação estabelece-se com o DP objeto. Especificados os traços de [pessoa - número] de *se* por meio dessa “parceria” (termo usado por Martins), a concordância entre sujeito (aqui representado pela partícula *se*) e verbo é ativada da forma habitual. Assim, a visibilidade da concordância morfologicamente visível nas construções com *se* indefinido e a não-visibilidade dessa mesma concordância nas construções com *se* impessoal é reflexo do valor variável e não-variável, respectivamente, dos traços-? do clítico *se*. A relação entre *se* e o DP argumento interno não é semelhante à relação de cadeia entre um expletivo e o seu associado, como na proposta de Nunes (1990, 1991) pois *se* e o argumento interno não recebem o mesmo Caso: *se* recebe Caso nominativo, o argumento interno recebe Caso acusativo (tal

como na construção de *se* impessoal). Nessa perspectiva *se* indefinido é variante de *se* impessoal sem ativação do mecanismo de concordância por não haver no caso de *se* impessoal preenchimento dos valores subespecificados dos traços de [pessoa - número] de *se*. Note-se ainda que tanto na proposta de Raposo & Uriagereka (1996) quanto na de Martins (2003) e Silva & Farias (2005), as construções com *se* indefinido e *se* impessoal correspondem a estruturas ativas com *se* nominativo (o que é seguido por Bagno, 2000 e Brito, 2007), contrariamente a Nunes (1990, 1991) que levanta objeções ao fato de um clítico receber Caso nominativo.

Martins (2003) aponta como vantagens da análise unificada o fato de que o quadro surgido a partir da diacronia das sentenças com *se* ficar nítido desse ponto de vista, uma vez que pode-se descrever o processo de mudança como iniciado a partir de uma construção média, passando por uma construção passiva com *se* e finalizando com uma construção ativa-indeterminada, algo que é seguido por Bagno (2000) e Brito (2007), na proposta de um contínuo onde o *se* apresenta, inicialmente, traços [+ reflexivo, + acusativo, + objeto] para terminar com traços [+ indeterminado, + nominativo, + sujeito]. Outra vantagem seria a ausência da necessidade de *se* explicar por que as passivas com *se* repelem o agente da passiva precedido pela preposição *por* no português atual. Contudo, algumas questões permanecem em aberto, notadamente no que concerne às sentenças com o verbo e o argumento interno no singular – enquanto as propostas de Nunes (1990, 1991) e Mateus et al. (2003) permitem afirmar que tais sentenças são ambíguas, o mesmo não fica claro nos trabalhos de Raposo & Uriagereka (1996), Martins (2003) e Silva & Farias (2005). Outra questão é concernente ao modo como *se* processa a expansão do *se* em PE e em PB. Principalmente em Nunes (1990, 1991) fica claro que há uma nítida preferência pela construção com concordância em PE, o que leva à conclusão de que há uma permanência da interpretação passiva nessa

¹² Em sua descrição das estruturas passivas com *se*, Mateus et al. (2003) afirmam que o comportamento sintático das passivas de *se* é semelhante às construções inacusativas, pois, tanto nessas quanto naquelas há um movimento do argumento interno – nas passivas, a presença do *se* bloqueia a atribuição de papel temático ao argumento interno, que tem de *se* mover para receber Caso nominativo. Certamente que essa descrição dá conta de sentenças com um DP argumento interno anteposto ao verbo (*os artigos publicaram-se recentemente*), mas não fica claro, na proposta de Mateus et al., a estrutura de sentenças com DP posposto (*publicaram-se recentemente os artigos*), bastante comuns em PE e em PB e nomeadas, pelas autoras, como *passivas de se impessoais*. Sobre esse ponto, ver Mateus et al. (2003, p. 532).



língua, sendo o PB distinto dessa língua pela tendência oposta, ou seja, por preferir a construção indeterminada. Nas propostas de Raposo & Uriagereka (1996), Martins (2003) e Silva & Farias (2005), ao contrário, o que é sugerido é que a interpretação ativa/indeterminada é a única que prevalece.

Em suma, as propostas acima apresentadas, ainda que tragam interessantes soluções para as questões concernentes à estrutura das sentenças com *se*, deixam entrever algumas dúvidas bastante pertinentes, quais sejam a da interpretação desse tipo de sentença e o papel exercido pelo clítico nessas construções. E uma vez que descrevem fundamentalmente as frases nas quais a ordem linear é a de verbo+clítico+argumento, não permitem maiores considerações acerca das possíveis mudanças estruturais e semânticas decorrentes de outras posições dos elementos da frase, como no caso de posposição do clítico, por exemplo. Acredita-se que a análise do modo como os falantes interpretam diversos tipos de sentenças com *se* pode prover evidências mais robustas sobre a derivação desse tipo de sentença, dirimindo algumas das questões que envolvem a partícula *se*. Essa possibilidade é explorada no experimento descrito a seguir.

Descrição e Análise dos Experimentos

A questão central que move a realização do experimento ora descrito é a da interpretação preferencial dada por falantes de PB a sentenças com *se*: passiva ou indeterminada? Em um caso ou outro, é necessário investigar os fatores que, possivelmente, podem favorecer ou inibir uma e outra interpretação. Assim, pode-se determinar como objetivos desse experimento a) verificar se a ordem linear dos elementos afeta a interpretação conferida à sentença pelos falantes, b) verificar se a presença de concordância entre o verbo e o argumento interno favorece a leitura passiva (como deixam entrever as propostas de Nunes (1990, 1991) e de Mateus et al. (2003)), ou se, mesmo nesses casos, a interpretação é ativa (conforme RAPOSO & URIAGEREKA, 1996),

e c) atestar em que medida se pode defender a presença ou a ausência de uma construção passiva com *se* em PB, ou seja, em que medida subsiste no estágio atual do PB a chamada voz passiva sintética.

Sobre os procedimentos metodológicos

Design Experimental

O experimento foi concebido de modo a poder analisar que tipo de interpretação é conferida pelos falantes a sentenças com *se*. Procurou-se utilizar nas sentenças-teste apenas verbos cujo uso é francamente transitivo, evitando-se usar verbos que também ocorrem em construções ergativas¹⁴. Evitou-se igualmente que fatores contextuais fornecessem pistas sobre a interpretação, a qual deveria concentrar-se tão somente nas informações sintáticas. O tamanho das sentenças utilizadas também foi um aspecto observado na elaboração do teste.

Variáveis Independentes

Concordância: (concordância total)/(concordância parcial)/(sem concordância)

Posição do Clítico: (anteposto ao verbo)/(posposto ao verbo)

Posição do Argumento Interno: (anteposto ao verbo)/(posposto ao verbo)

Obteve-se, assim, um design fatorial 3 (concordância) x 2 (posição do clítico) x 2 (posição do argumento interno), todos tomados como medidas repetidas (variáveis intra-sujeitos).

Apresenta-se, a seguir, em exemplo de cada condição experimental

1. Grupo 1 = Plural com Concordância (Pc)

a. Clítico e argumento pospostos (PcPP) = *alugam-se casas*

b. Clítico e argumento antepostos (PcAA) = *casas se alugam*

c. Clítico posposto e argumento anteposto (PcPA) = *casas alugam-se*

d. Clítico anteposto e argumento posposto (PcAP) = *se alugam casas*

¹³ Por razões de espaço, os argumentos de Raposo & Uriagereka (1996) não serão discutidos aqui. Sobre eles diga-se que se apóiam em julgamentos de gramaticalidade sobre determinadas sentenças em que a partícula *se* ocorre, em comparação com estruturas passivas correspondentes. Ainda que esses argumentos pareçam valer para o PE, sua aplicação ao PB é um tanto questionável.



2. Grupo 2 = Plural sem Concordância (Ps)
 - a. Clítico e argumento pospostos (PsPP) = *aluga-se casas*
 - b. Clítico e argumento antepostos (PsAA) = *casas se aluga*
 - c. Clítico posposto e argumento anteposto (PsPA) = *casas aluga-se*
 - d. Clítico anteposto e argumento posposto (PsAP) = *se aluga casas*

3. Grupo 3 = Singular (Sg)
 - a. Clítico e argumento pospostos (SgPP) = *aluga-se casa*
 - b. Clítico e argumento antepostos (SgAA) = *casa se aluga*
 - c. Clítico posposto e argumento anteposto (SgPA) = *casa aluga-se*
 - d. clítico anteposto e argumento posposto (SgAP) = *se aluga casa*

Foram apresentadas 2 frases por condição experimental. A variável dependente foi o número de respostas correspondentes à interpretação passiva

Método

Participantes

90 alunos de graduação da UFRPE/ UAST, com idades entre 17 e 55 anos (idade média de 36 anos), sendo 45 do sexo masculino e 45 do sexo feminino, todos residentes na região do Sertão Central de Pernambuco, notadamente na cidade de Serra Talhada (PE).

Material

Os estímulos (sentenças-teste) consistiram de 24 frases, sendo duas por condição experimental, conforme exemplificado acima, apresentadas aos participantes por meio de *slides* criados com

o *software* Microsoft PowerPoint e projetados em tela azul feita por um aparelho de datashow. Para cada sentença-teste exibida foi usado um cartão-resposta contendo quatro opções, correspondentes às possíveis interpretações da sentença: *ativa* (alguém aluga uma casa), *passiva* (uma casa é alugada por alguém), *reflexivo-medial* (a casa aluga a si mesma) e *agramatical* (a frase não possui sentido). Utilizou-se, ainda, 12 frases distratoras, as quais continham verbos intransitivos ou transitivos indiretos (com interpretação indeterminada), perfazendo assim um total de 36 frases apresentadas aos participantes. Em cada frase usou-se um verbo diferente, sendo elaboradas 12 listas de estímulos, aplicadas alternadamente em cada grupo de participantes, de modo que todos os verbos escolhidos fossem usados em todas as condições experimentais.

Procedimento

O teste transcorreu em uma sala fechada, livre de ruídos internos e externos, com os participantes divididos em grupos de até 8 pessoas por sessão experimental. Os participantes recebiam os 24 cartões-resposta, cada qual contendo 4 opções numeradas. As sentenças-teste eram apresentadas na tela por 5 segundos¹⁵, tendo os participantes 5 segundos para optarem por uma das respostas. Após esse tempo, o estímulo é apagado da tela e, após um intervalo de 2 segundos, uma nova sentença é apresentada, repetindo-se o processo até que todas as sentenças tenham sido apresentadas. Os cartões são então recolhidos para análise posterior. Vale referir que houve uma sessão de treinamento preliminar.

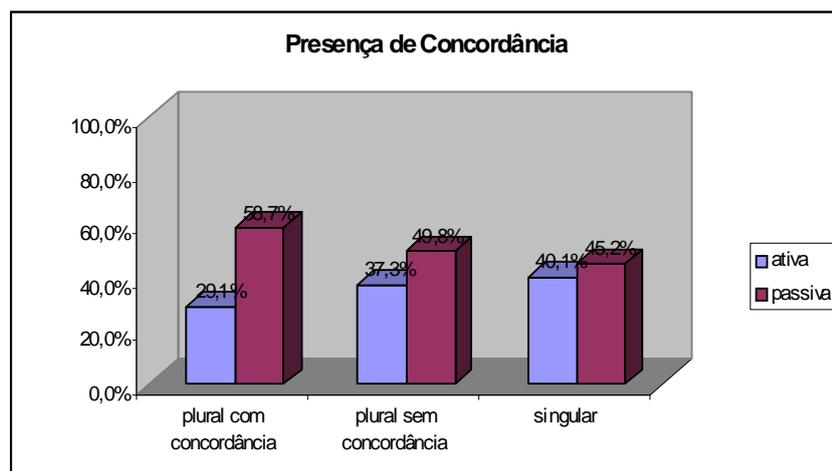
Resultados e Discussão

Os gráficos com os resultados são mostrados abaixo:

¹⁴ Acredita-se que verbos transitivos que apresentam alternância ergativa (tais como *encher* ou *ferver*) por aparecerem em construções mediais com *se* (como *a banheira encheu-se* ou *a água ferveu-se*) poderia dificultar a interpretação, favorecendo uma ou outra leitura, razão pela qual foram evitados do teste experimental. Dada a grande flutuação por que passam os verbos em PB, com a maioria deles apresentando oscilação entre o uso transitivo e o ergativo, admite-se que, apesar dos cuidados, os verbos escolhidos também possam flutuar nesse sentido. Em verdade, a influência da alternância transitivo-ergativa sobre a interpretação de sentenças com *se* é um fato a ser investigado em trabalhos futuros.



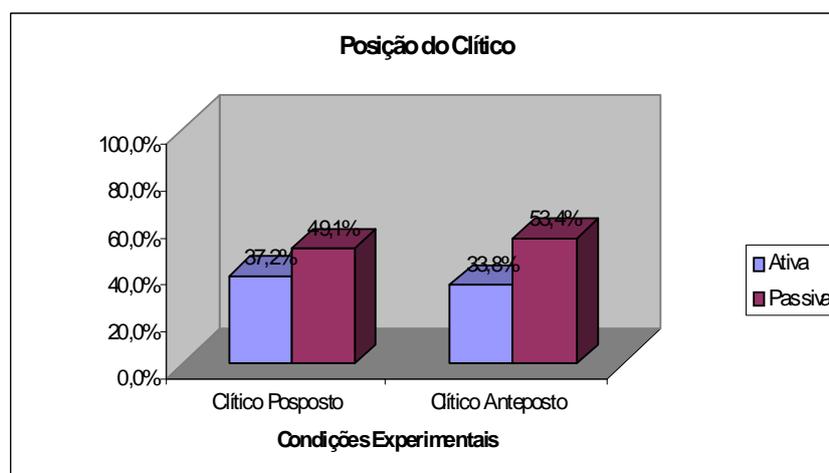
Gráfico 1



O gráfico acima mostra um maior número de respostas passivas na condição plural com concordância (Pc), com uma diferença significativa revelada após um teste t comparativo entre médias ($t=3,66$ e $p<0,04$). Essa diferença não se mostrou, no entanto, nas demais condições (plural sem concordância (Ps): $t=1,65$ e $p<0,1$, singular (Sg): $t=1,46$ e $p<0,14$). Esses resultados permitem afirmar que a presença de concordância favorece a interpretação passiva, na direção do que é proposto por Nunes (1990, 1991) e Mateus et al. (2003) em detrimento das propostas de Raposo & Uriagereka (1996) e Martins (2003). O número praticamente semelhante de respostas passivas na condição singular sugere que há uma ambigüidade nesse tipo de construção

com se, indo na direção do que é proposto por Nunes (1990, 1991). O dado “inusitado”, certamente, foi o observado na condição sem concordância (Ps): na medida em que se esperava um menor índice de respostas passivas, o que evidenciaria uma preferência pela interpretação ativa, o resultado obtido foi semelhante ao da condição singular, mostrando haver também aqui uma ambigüidade. Uma possível explicação para esse fato talvez resida na perda generalizada da marca de plural e da concordância padrão em vários dialetos do PB, conforme atestado por estudos sociolingüísticos (SCHERRE, 1989, 1992, 1994, 1996; SCHERRE & NARO, 1998; GUY, 1981), o que tornaria a construção com morfema de plural em todos os elementos a única construção inequívoca.

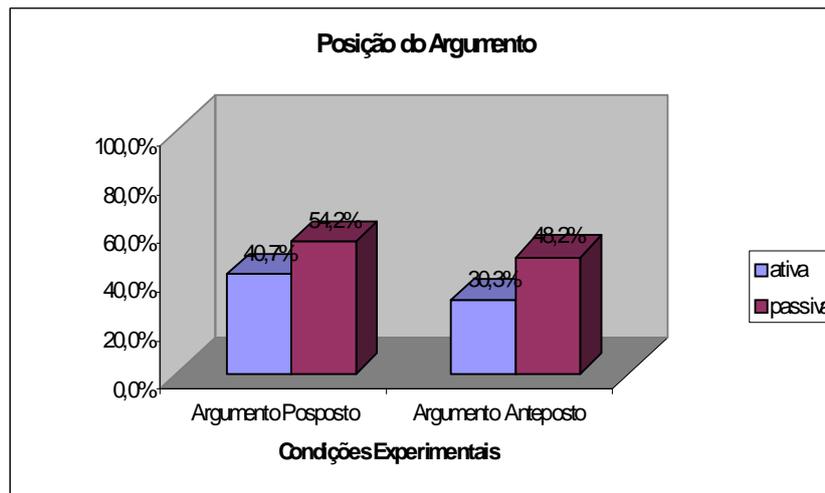
Gráfico 2



¹⁵ A razão de se usar tal intervalo de tempo foi a de tentar captar a interpretação mais automática possível. O ideal, nesse caso, seria utilizar equipamentos e *softwares* específicos para tal tipo de tarefa, os quais permitiriam uma análise on-line, além de mensuração do tempo médio de resposta. Dadas as limitações operacionais da UFRPE/UAST para esse tipo de pesquisa, não foi possível usar-se esse tipo de procedimento.



Gráfico 3



Com respeito às variáveis *posição do clítico* e *posição do argumento*, os resultados obtidos e ilustrados nos gráficos acima mostram diferenças significativas entre o número de respostas passivas e ativas entre as condições clítico posposto ($t=2,17$ e $p<0,03$), clítico anteposto ($t=2,56$ e $p<0,01$), argumento posposto ($t=2,23$ e $p<0,03$) e argumento anteposto ($t=2,45$ e $p<0,02$). Isso implica que, tomadas isoladamente tanto as posições do clítico quanto a do argumento favorecem a interpretação passiva, seja antepostos ou pospostos. Entretanto, cumpre investigar se existe uma interrelação entre as variáveis. Assim uma análise de variância ANOVA, com design fatorial $3 \times 2 \times 2$, foi realizada, obtendo-se um efeito significativo de número ($F=5,61$ e $p<0,03$). Não se observou efeito significativo nas demais condições, nem efeito de interação. Daí ser possível afirmar que fica evidente que a presença de concordância é crucial na interpretação das sentenças com clítico SE, sendo tomada como informação fundamental na identificação da voz passiva e sua distinção da construção indeterminada, o que não implica dizer que os outros fatores não devam ser considerados: uma extensão do experimento ou uma análise estatística mais refinada talvez lancem alguma luz no papel da posição do clítico e do argumento na questão da passiva sintética em português.

Conclusão

Os resultados obtidos permitem sustentar a afirmação de que a voz passiva sintética subsiste em PB, ao menos no que

tange à interpretação/compreensão. Basicamente, sentenças com clítico SE que apresentam concordância padrão são interpretadas como construções passivas, na direção do que é proposto por Nunes (1990,1991) e Mateus et al. (2003), havendo uma certa ambigüidade nas demais construções. A direção histórica, medida do português arcaico até o atual, aponta uma substituição da construção passiva pela indeterminada, no que se refere à produção, mas os resultados aqui registrados não permitem vislumbrar a extensão dessa substituição, nem a velocidade com que se processa, se se levar em conta dados de compreensão. Algumas implicações decorrem daí. Uma delas é o fato de a doutrina gramatical tradicional não ser forçada a excluir a passiva sintética do quadro das vozes em PB, ao contrário do que propõem Bagno (2000) e Brito (2007). A revisão da doutrina deve se dar de modo a permitir a análise de ambas as construções, devendo, não obstante, tornar mais claros os critérios mediante os quais se identificam as vozes verbais. Os resultados aqui relatados podem fornecer algumas pistas interessantes nesse sentido, em especial, no que se refere ao papel do número e da concordância, que parecem ter função mais decisiva nesse ponto do que a transitividade dos verbos envolvidos.

Uma vez que a posição do argumento e do clítico não forneceram evidências mais robustas sobre o seu papel na compreensão das sentenças com SE, maiores investigações se fazem necessárias a esse respeito. Ademais, outros fatores também devem ser



considerados, em especial, o tipo de verbo presente nas sentenças. É possível que a transitividade possua influência na questão das vozes verbais, tanto na distinção ativa/passiva quanto na questão da existência da voz média e sua caracterização. Experimentos seguintes devem se concentrar nessa questão, já que os aqui conduzidos, além de terem caráter iniciador, não investigaram diretamente essa questão. Uma etapa posterior igualmente importante é a elaboração de uma análise de estrutura sintática, com base no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), que caracterize a construção com SE, à maneira como têm feito Silva & Farias (2005) e Antonelli (2006), mas dessa vez procurando não apenas mostrar a derivação de uma sentença com clítico SE, mas enfatizando as diferenças entre a voz passiva sintética e a indeterminação.

Por fim, cumpre registrar que a literatura sobre a evolução histórica das vozes verbais mostra que o PB e o PE seguem caminhos distintos, o que equivale a dizer que, em PE, dados de produção mostram uma permanência da voz passiva sintética, ao passo que em PB os dados apontam para uma preferência pela forma indeterminada. Em face dos resultados de compreensão aqui obtidos, seria interessante, em um momento posterior, avaliar se essa tendência dissonante se observa em PE também por meio da aplicação de um teste experimental nos moldes do aqui relatado, cujos resultados poderiam reforçar a idéia da evolução lingüística distinta entre PE e PB, ou apontar que, no que concerne à interpretação das sentenças com SE, falantes de ambas as línguas apresentam padrão semelhante.

SE-PASSIVE/INDEFINITE SENTENCES INTERPRETATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE SIMPLE VERBS: - A STUDY IN EXPERIMENTAL SYNTAX

ABSTRACT:

The interpretation of sentences that presents the clitic SE in Brazilian Portuguese (BP) is treated in this article. A experimental test was conducted to provide data on the preferred interpretation given by BP speakers to this type of construction, if passive, in which the internal argument is interpreted as a subject, or indeterminate, in which the internal argument is interpreted as a direct object of the verb. The results showed that the passive reading is preferred, especially in accordance with standard construction, with some ambiguity in sentences in the singular and in sentences that presents plural morphological affix appears only in the verb. The implications of this evidence for the traditional grammatical theory and the generative linguistic theory are discussed.

Keywords: *clitic SE, verbal voices, agreement*

Artigo submetido para publicação em: 30/05/2010

Aceito em: 02/08/2010

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Martins de. *Notas e estudos de português*. Fortaleza: Empresa Editora Fortaleza, 1942.
- ANTONELLI, André L. *Movimento do verbo e perda do se apassivador no português brasileiro*. 2008.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa: Tradição Gramatical, Mídia e Exclusão Social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- BRITO, Susana S. *SE Passivo ? Pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda*. Dissertação (mestrado). Brasília: UnB, 2007.



- CAMACHO, Roberto G. **Em defesa da categoria de voz média no português.** *DELTA*, nº 19, v. 1, 2003.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- CARVALHO, Castelar. *O pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- CAVALCANTE, Silvia Regina O. *O uso de SE com infinitivo na história do português: do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos*. Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 2006.
- CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1993.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- KURY, Adriano G. *Lições de Análise Sintática – Teoria e Prática*. São Paulo, 1951.
- LIMA, Bruno F.Z. de. *O percurso diacrônico das construções com o pronome SE na língua portuguesa como um processo de gramaticalização*. Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- LUFT, Celso P. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Globo, 1977.
- MARTINS, Ana M. *Construções com se: mudança e variação no português europeu*. Disponível no site: WWW.clul.ul.pt/equipa/ana_martins_txt.pdf, 2003.
- MARTINS, Marco A. *Sobre o SE indeterminador no português do Brasil: uma proposta morfológica*. Working Papers em Linguística. UFSC, nº 7, 2003.
- MATEUS, Maria Helena M., BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês & FARIA, Isabel Hub. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- MAURER JR, Theodoro H. *A Propósito da Evolução Semântica do Pronome se em Português*. São Paulo: USP, 1951.
- MONTEIRO, José Lemos. **A questão do SE**. In: *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: EUFC, 1994.
- NARO, A. **The Genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon**. *Language*, v. 52, n. 4, 1976.
- NUNES, Jairo. *O Famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e se indeterminado*. Dissertação (mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1990.
- NUNES, Jairo. **Se Apassivador e Se Indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro**. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 20, nº , 1991.
- RAPOSO, Eduardo P. & URIAGEREKA, Juan. **Indefinite SE**. *Linguistic Inquiry*, nº 14, 1996.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.
- SAIDALI, Manuel. **O pronome “se”**. In: SAIDALI, Manuel. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919.
- SANTOS, Gredson. **Questões sobre a “indeterminação” do sujeito**. In: *Revista Inventário*. 5ª edição. Disponível em WWW.inventario.ufba.br/05/05gsantos.htm. 2006.
- SILVA, Ana Márcia M.S. *As vozes verbais sob a perspectiva da teoria de regência e ligação: uma análise dos manuais de ensino da língua portuguesa*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- SILVA, Cláudia Roberta T. & FARIAS, Jair Gomes de. **O status da concordância e do clítico ser em construções passivas no português brasileiro, no espanhol e no português europeu: uma abordagem minimalista**. In: MOURA, Maria Denilda. *Os Desafios da Língua: Pesquisas em Língua Falada e Escrita*. Maceió: EDUFAL, 2005.